

Aprofundamento em Filosofia

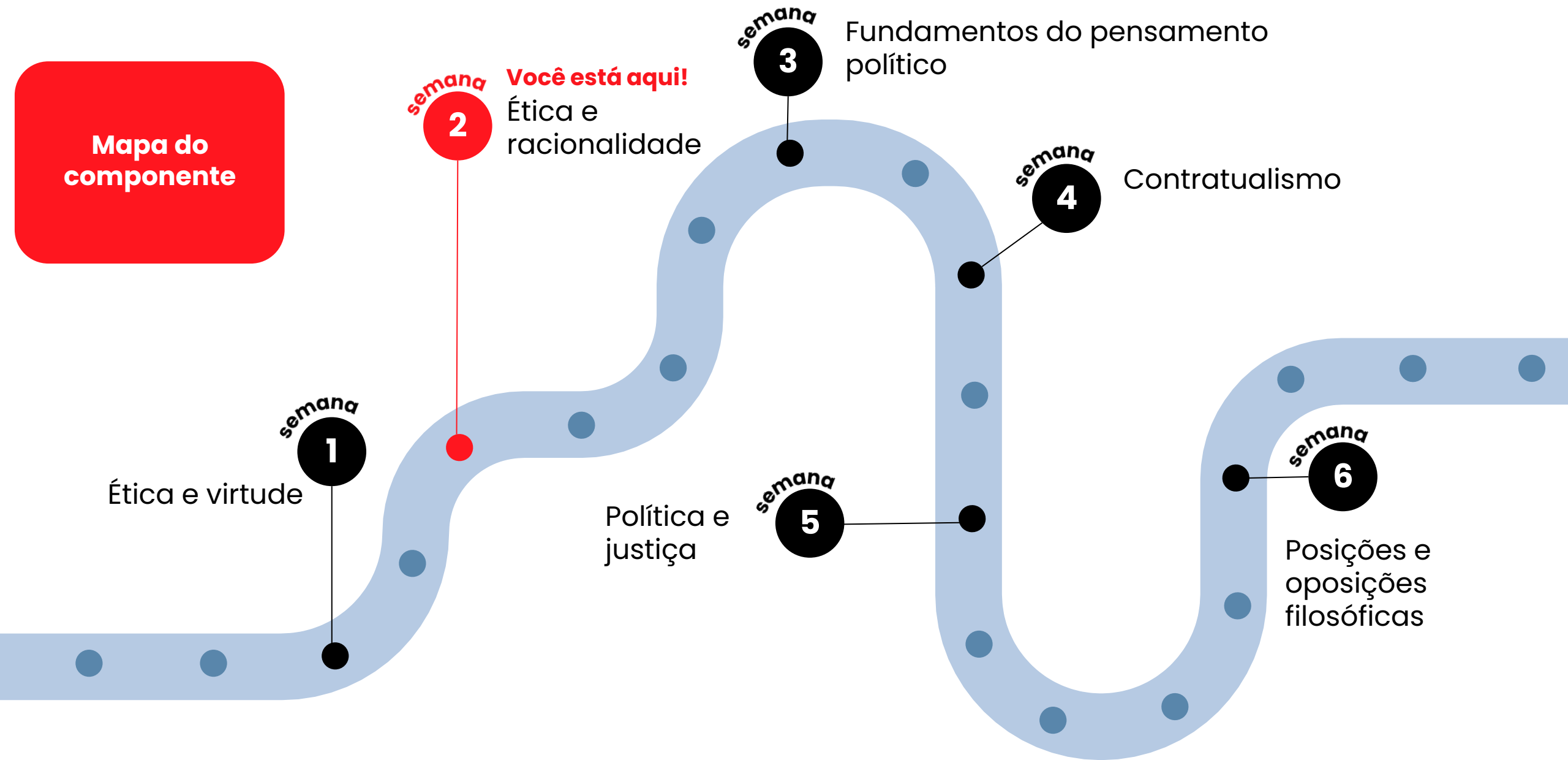
Ética deontológica

Aula 3
3º bimestre

Ensino Médio - 3ª série



Mapa do
componente





Objetivos da aula

- Compreender a fundamentação das ações morais segundo Immanuel Kant;
- Aplicar o imperativo categórico como critério para analisar a moralidade de diferentes regras de conduta;
- Desenvolver a criticidade para elaborar projetos de vida éticos e autênticos, articulando aspirações pessoais e impacto positivo na sociedade, com base nos fundamentos da ética filosófica.



Habilidades

- Desenvolver a criticidade para elaborar projetos de vida éticos e autênticos, articulando aspirações pessoais ao protagonismo juvenil e ao impacto positivo na sociedade, explorando diferentes possibilidades de carreira. [Ciências Humanas C5]



Conteúdos

- A ética de Immanuel Kant;
- O imperativo categórico como fundamento da conduta ética.



Recursos didáticos

- Computador com projetor.



Duração da aula

50 minutos.

Ponto de partida



Considere a seguinte situação:



COM SUAS PALAVRAS

Um estudante que não é próximo de você caiu na entrada da escola e o momento foi filmado. O vídeo foi compartilhado rapidamente em vários grupos, inclusive fora da escola, e chegou até você. O colega gravado manifestou publicamente que ficou chateado e pediu que o vídeo não fosse mais compartilhado, pois está envergonhado. Apesar disso, seus amigos continuam divulgando o vídeo e achando a situação engraçada.

1. O vídeo já circulou e continuará circulando, independentemente da sua ação. Considerando isso, você respeitaria o pedido de não compartilhar o vídeo? Por quê?
2. Por que algumas decisões parecem ser “sempre certas” ou “sempre erradas”, independentemente das suas consequências?

Construindo o conceito



Immanuel Kant (1724–1804).

A ética crítica de Immanuel Kant

Ao estudarmos a filosofia de **Immanuel Kant**, no segundo bimestre, analisamos a relevância da ideia de **crítica** em seu pensamento.

Para Kant, todo uso da razão requer um **exame prévio dos limites de nossas capacidades** e das **condições de seu uso legítimo**.

Vimos que, a fim de evitar as **ilusões** próprias ao dogmatismo, Kant dedicou uma investigação crítica ao uso da razão pura no **conhecimento teórico**.

Do mesmo modo, Kant propõe uma **investigação crítica do uso prático da razão**, ou seja, do uso da razão na determinação das regras de conduta da ação humana, objeto da ética.

Construindo o conceito



DESTAQUE

Para Kant, a expressão “**razão pura**” designa a faculdade de conhecimento em sua independência em relação aos dados dos sentidos e da experiência.

Existe uma razão prática pura?

A investigação **crítica da razão prática** busca responder à seguinte questão:

- **Existe uma razão prática pura?**

Trata-se de saber se **a razão**, por si só, e **independentemente da experiência dos sentidos**, é capaz de estabelecer princípios e regras que determinem a nossa **vontade** do ponto de vista moral.

Ou, ao contrário, a **consciência moral** seria constituída, também por elementos originados da experiência sensível, como **interesses, inclinações e desejos**?

Construindo o conceito

Necessidade e universalidade das regras morais



PARA REFLETIR

- ▶ Você tem algum exemplo de dever, de regra moral obrigatória para todos em todas as situações? Qual?

A investigação **crítica da razão prática** nos ajuda a pensar se as regras que consideramos morais **valem para todos ou apenas para nós**, e se elas são **necessárias ou dependem da situação**.

Para Kant, só a **razão pura** pode fundamentar **deveres**, isto é, regras morais que obrigam todos, sempre.

Quando agimos pensando em vantagens pessoais ou em boas consequências, a regra que orienta nossa ação **vale apenas para nós mesmos em certa situação**, sem que possamos considerá-la uma regra moral válida para todos.

Construindo o conceito

A felicidade como princípio da vida ética

Vimos que, na tradição aristotélica, a vida ética é orientada pelo **princípio da busca da própria felicidade**. Esse seria o **fim** (*telos*) que motiva a vontade humana a agir eticamente, isto é, de modo prudente, constituindo as virtudes como **meios necessários para alcançá-lo**.

Para Kant, porém, a **busca pela própria felicidade** não pode servir como princípio para a **lei moral**, ou seja, para **deveres que sejam válidos para todos, e em todas as situações**.

Ao buscar a felicidade para si mesmo, um indivíduo pode entrar em **conflito com outros** que buscam o mesmo para si, o que invalida a própria ideia de uma lei moral.

Construindo o conceito

Racionalidade e moralidade



PARA REFLETIR

- ▶ Você tem algum exemplo de situação em que agimos simplesmente por dever, mesmo quando essa ação está em conflito com nossa inclinação?

Para Kant, os seres humanos estão sujeitos a uma dupla natureza: são dotados de **sensibilidade**, que os inclina a desejar objetos que lhes proporcionam prazer, mas também de **racionalidade**, que lhes permite agir de modo independente de suas inclinações sensíveis.

A **moralidade** é possível dado que nossa vontade pode ser determinada a agir em **conformidade com o dever dado pela lei moral**, como estabelecida pela própria razão, muitas vezes indo contra aquilo que desejamos por inclinações e interesses pessoais.

**Pause e
responda**

A ética de Kant se apoia no fato de o ser humano ser

diverso.

racional.

contextual.

imprevisível.

**Pause e
responda**

A ética de Kant se apoia no fato de o ser humano ser



diverso.

racional.



contextual.

imprevisível.



Construindo o conceito

Liberdade e autonomia da vontade

Segundo Kant, o fato de sermos capazes de agir de acordo com nossa consciência moral, mesmo quando isso contraria nossos desejos ou inclinações, é o que demonstra nossa **liberdade**. Somos livres porque nossa vontade não está submetida exclusivamente às determinações de nossa natureza sensível, como interesses, impulsos ou inclinações pessoais. Kant designa essa constituição própria do sujeito moral como **autonomia da vontade**.



DESTAQUE

Autonomia – Palavra que tem origem no grego antigo. O prefixo *auto-* significa “por si mesmo”, e o sufixo *-nomos* significa “lei” ou “regra”. Daí a autonomia indicar a capacidade de dar regras a si mesmo, de se autogovernar.

Construindo o conceito

A forma da legislação moral como fundamento da vontade

Segundo Kant, o que determina a vontade de um ser racional a agir moralmente não são os resultados esperados da ação nem interesses pessoais, ou seja, conteúdos que podem variar, mas a própria **forma da lei moral**, sua **validade universal para todo ser racional**.

Isso significa que o agente moral age movido pela **consciência de dever**, isto é, pela ideia de que a regra que orienta sua ação tem necessidade e validade universal.

Assim, agir moralmente é agir porque se reconhece racionalmente que determinado dever vale para todos, **independentemente** das circunstâncias que condicionam nossa ação ou das consequências da conduta à qual estamos moralmente obrigados.

Construindo o conceito



DESTAQUE

Kant deu ao imperativo categórico **diferentes formulações**, oferecendo perspectivas complementares para a determinação dos deveres e expressando de modos diversos a mesma lei moral fundamental.

Imperativo categórico: fórmula da lei moral

Uma das expressões mais conhecidas da ética kantiana é o "**imperativo categórico**". **Mas o que isso quer dizer?**

Um imperativo é uma regra **expressa, um comando**, isto é, uma orientação que indica o que deve ser feito. O termo **categórico** indica que é um comando que **deve ser realizado** independentemente de desejos, interesses ou objetivos particulares.

Kant apresenta o **imperativo categórico** como a **fórmula da lei moral**. Isso significa que essa fórmula nos dá uma regra que todas as demais regras morais, isto é, os deveres, devem seguir.

Construindo o conceito

Imperativo categórico: formulação da universalidade

Kant chama de **máxima** a regra subjetiva da ação, isto é, o princípio que cada indivíduo adota ao decidir agir.

A moralidade de uma ação depende justamente de verificar **se essa máxima pode ser universalizada**, valendo como lei para **todos os seres racionais**.

Nessa formulação do imperativo categórico, Kant reforça que devemos agir apenas segundo regras que possam obrigar a vontade de todos.

O sujeito moral deve questionar se a regra que orienta sua ação poderia ser adotada por todos. Se isso não for possível, então a ação não é moralmente correta.

//

Aja de modo que a máxima da sua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma lei universal. //

(KANT, I. *Crítica da razão prática*. p. 49.)

Construindo o conceito

Imperativo categórico: formulação da universalidade

//

Age de tal maneira que trate a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio. //

(KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. p. 69.)

Nessa formulação, Kant afirma que toda ação moral deve respeitar o valor da pessoa humana.

Isso significa que nunca devemos usar os outros apenas como instrumentos para alcançar nossos próprios objetivos, mas reconhecê-los como seres racionais dotados de **dignidade**, que merecem respeito em si mesmos.

Construindo o conceito

Como distinguir boas ações de más ações?

A fim de aplicar o imperativo categórico, que é uma forma universal da lei moral sem nenhum conteúdo determinado, aos casos concretos, Kant propõe a seguinte regra:

- ▶ *"pergunte a você mesmo, quanto à ação que você se propõe, se ainda poderia considerá-la como possível por sua vontade caso ela devesse acontecer segundo uma lei da natureza, da qual você mesmo fizesse parte."*

(Kant, I. *Crítica da razão prática*. p. 98–99.)

A aplicação dessa regra às diferentes ações nos permite, portanto, avaliar se são ações boas ou más do ponto de vista moral.

Continua ...

Construindo o conceito



PARA REFLETIR

Como distinguir boas ações de más ações?

Observe a tabela e selecione as sentenças mais condizentes com a moral kantiana.

Eu tenho vontade de viver em um mundo no qual todos...

... sejam permitidos a	... estejam obrigados a	... estejam proibidos de
mentir para se beneficiar.	cumprir promessas.	mentir para se beneficiar.
furar filas.	respeitar convenções.	ganhar dinheiro.
buscar a própria felicidade.	buscar a felicidade de todos os demais.	discriminar outras pessoas.



Colocando em prática

A fundamentação da lei moral



TODO MUNDO ESCRIVE

- ▶ Leia dois excertos a seguir, escritos por Immanuel Kant.
- ▶ Responda individualmente e por escrito às questões propostas.
- ▶ Alguns estudantes serão convidados a compartilhar suas respostas com a turma.



Se se admite que a razão pura pode conter em si um fundamento prático, isto é, um fundamento suficiente para a determinação da vontade, então existem leis práticas; se não for o caso, então todos os princípios práticos serão meras máximas. //

KANT, I. *Crítica da razão prática*. p. 34.

// O princípio da felicidade pode certamente fornecer máximas, mas nunca aquelas que seriam aptas a leis da vontade, mesmo se tomamos como objeto a felicidade **universal**. Pois, visto que o conhecimento dessas **máximas** repousa unicamente em dados da experiência e que cada juízo sobre isso depende muito da opinião própria de cada um, sendo essa opinião, além disso, ela mesma muito variável, o **princípio da felicidade** pode muito bem fornecer regras **gerais**, mas nunca regras **universais**, isto é, regras que, em média são mais frequentemente certas, mas não aquelas que têm que ser válidas sempre e necessariamente e, portanto, sobre elas não podem ser fundadas leis práticas. **//**



Colocando em prática

A fundamentação da lei moral

1. Por que, segundo o texto I de Kant, a razão pura prática é necessária para a existência de leis morais?
2. Quais são os argumentos mobilizados por Kant, no texto II, para rejeitar o princípio da felicidade como fundamento das leis morais?



TODO MUNDO ESCREVE




Colocando em prática

Correção: 1

Para Kant, uma regra de ação só pode ser considerada uma "lei prática" (moral) se ela tiver um fundamento sólido o suficiente para determinar a vontade de forma objetiva, ou seja, de modo necessário e universal. A razão pura é a única capaz de fornecer esse fundamento por si mesma. Sem a razão pura, teríamos apenas "máximas", que são princípios subjetivos ou pessoais, e não leis válidas para todos em todas as situações.

Correção: 2

Kant argumenta que o princípio da felicidade pode fornecer apenas máximas, e não leis morais, pois o conhecimento dessas máximas pode variar, de acordo com a opinião de cada um. Ele reforça esse ponto, enfatizando que essa própria opinião pode mudar, ou seja, que as pessoas podem mudar de ideia sobre o que entendem por felicidade e como buscá-la. Desse modo, Kant argumenta que o princípio da felicidade pode fornecer regras gerais, mas não universais, isto é, válidas para todos, sempre.



O que nós
aprendemos
hoje?

© Getty Images

- 1** A ética de Immanuel Kant parte da investigação da racionalidade e da possibilidade de uma determinação da vontade pela razão pura.
- 2** Vimos que as leis morais, para Kant, têm validade universal, abrangendo, portanto, todos os seres humanos devido à condição de seres racionais, apesar de sua natureza dual.
- 3** Kant identifica na forma de uma legislação moral o fundamento de determinação da vontade dos seres racionais. Trata-se do imperativo categórico cuja formulação nos permite distinguir quais máximas da ação estão ou não em conformidade com a moralidade.

Saiba mais

Leia:

Crime e castigo investiga os limites da justificação moral ao narrar a trajetória de um ex-estudante de Direito que, ao cometer um crime, tenta se colocar acima das regras comuns, enfrentando as consequências éticas de tratar a vida humana como meio para um fim.

DOSTOIÉVSKI, F. *Crime e castigo*. São Paulo: Ed. 34, 2016.

Referências da aula

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2019.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. Petrópolis: Vozes, 2017.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LEMOV, D. **Aula nota 10 3.0**: 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula / Doug Lemov; tradução: Daniel Vieira, Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Fausta Camargo, Thuinie Daros. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.

ROSENSHINE, B. "Principles of instruction: research-based strategies that all teachers should know". In: **American Educator**, v. 36, n. 1., Washington, p. 12-19, 2012. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ971753>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista**: etapa Ensino Médio, 2020. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2020/08/CURR%C3%8DCULO%20PAULISTA%20etapa%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

VÁRIOS autores. **O livro da Filosofia**. Tradução Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2011.

Orientações ao professor

Slide 4 – Ponto de partida



Orientações: a seção “Ponto de partida” visa engajar os estudantes ao tema da aula com base em um estímulo visual que levante suas impressões sobre o assunto, sem ainda entrar no tema teórico da aula.



Tempo previsto: 5 minutos.



Gestão de sala de aula: estimule os estudantes a darem suas opiniões, acolhendo as respostas, administrando as falas, evitando interrupções e gerindo a conversa na sala.



Condução da dinâmica: apresente a situação hipotética descrita aos estudantes no slide e colha suas respostas às perguntas propostas. Caso sejam muito curtas, peça mais detalhes e estimule que eles desenvolvam seus argumentos.



Expectativa de respostas: resposta aberta e pessoal. Contudo, espera-se que os estudantes : 1) afirmem que respeitariam o pedido do colega, optando por não compartilhar o vídeo, mesmo sabendo que ele continuará circulando. A resposta deve indicar que a correção da ação não depende do resultado final (pois o vídeo continuará circulando), mas do dever de não contribuir para a exposição e a humilhação de outra pessoa. É possível que alguns estudantes também respondam que compartilhariam mesmo assim, uma vez que sua ação não mudaria o fato de o vídeo continuar a circular. Nesse contexto, espera-se que os estudantes justifiquem a sua decisão, entretanto, reconheçam a fragilidade do argumento, posto que tal ação contribuiria para o sofrimento do colega. 2) Espera-se que os estudantes compreendam que algumas ações são consideradas “sempre certas” ou “sempre erradas” porque elas parecem se basear em princípios considerados universais, que devem valer para todos.

Slides 5 a 9, 12 a 17 – Construindo o conceito



Orientações: a seção “Construindo o conceito” é o momento de exposição do conteúdo teórico, visando desenvolver as habilidades pertinentes.



Tempo previsto: 25 minutos.



Gestão de sala de aula: realize a exposição de modo dialógico, confirmando o entendimento após concluir algum raciocínio. Estabeleça paralelos entre temas cotidianos dos estudantes e busque exemplos do seu dia a dia para materializar o conteúdo da aula, tornando-o conhecimento vivo.



Condução da dinâmica: conecte a discussão do “Ponto de partida” à filosofia de Kant, argumentando que ele poderia nos dar caminhos para construir nossas respostas e escolher decisões mais ponderadas. Identifique a filosofia de Kant como deontológica, porque ela investiga a possibilidade de deveres morais necessários e universais. Dialogue com os estudantes sobre o tema, mobilizando as questões sugeridas nos boxes para refletir.



Referências bibliográficas:

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2019.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. Petrópolis: Vozes, 2017.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70. 2007.

VÁRIOS autores. **O livro da Filosofia**. Tradução Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2011.



Conceitos-base: Immanuel Kant; deontologia; imperativo categórico.

Slides 19 a 23 – Colocando em prática



Orientações: a seção “Colocando em prática” visa aplicar o conteúdo aprendido em uma atividade para desenvolver as habilidades atinentes à aula.



Tempo previsto: 15 minutos.



Gestão de sala de aula: garanta que os estudantes tenham entendido as orientações e que realizem a atividade com o maior empenho possível. Circule em sala para tirar dúvidas que venham a surgir durante a produção da atividade.



Condução da dinâmica: leia os trechos com os estudantes para sanar dúvidas de vocabulário e entendimento. Em seguida, apresente as perguntas e dê o tempo necessário para que eles respondam individualmente e de forma escrita. Ao final, solicite que um estudante compartilhe sua resposta e solicite à turma que colabore com a confirmação, correção ou adição de informação às respostas.



Expectativa de respostas: 1) Para Kant, uma regra de ação só pode ser considerada uma “lei prática” (moral) se ela tiver um fundamento sólido o suficiente para determinar a vontade de forma objetiva, ou seja, de modo necessário e universal. A razão pura é a única capaz de fornecer esse fundamento por si mesma. Sem a razão pura, teríamos apenas “máximas”, que são princípios subjetivos ou pessoais, e não leis válidas para todos em todas as situações. **2)** Kant argumenta que o princípio da felicidade pode fornecer apenas máximas, e não leis morais, pois o conhecimento dessas máximas pode variar, de acordo com a opinião de cada um. Ele reforça esse ponto, enfatizando que essa própria opinião pode mudar, ou seja, que as pessoas podem mudar de ideia sobre o que entendem por felicidade e como buscá-la. Desse modo, Kant argumenta que o princípio da felicidade pode fornecer regras gerais, mas não universais, isto é, válidas para todos, sempre.



Referências bibliográficas:

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2019.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. Petrópolis: Vozes, 2017.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70. 2007.

VÁRIOS autores. **O livro da Filosofia**. Tradução Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2011.



Conceitos-base: Immanuel Kant; deontologia; imperativo categórico.

Slide 24 – O que nós aprendemos hoje?



Orientações: a seção “O que nós aprendemos hoje?” visa retomar os principais conteúdos trabalhados em sala para tirar dúvidas remanescentes e destacar os pontos mais importantes.



Tempo previsto: 2 minutos.



Gestão de sala de aula: garanta que os estudantes consigam tirar todas as dúvidas e que apreendam os principais conceitos da aula.



Condução da dinâmica: apresente os tópicos de revisão, perguntando se os estudantes têm dúvida e sanando-as conforme necessário.



Expectativas de respostas: espera-se que os estudantes ouçam e participem da revisão feita pelo professor, identificando possíveis dúvidas e lacunas no aprendizado e buscando saná-las nesse momento final.



Referências bibliográficas:

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2019.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70. 2007.

VÁRIOS autores. **O livro da Filosofia**. Tradução Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2011.



Conceitos-base: Immanuel Kant; deontologia; imperativo categórico.